

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3º
CICLO HENRIQUE MEDINA

Datas da visita: 14 e 15 de Janeiro de 2008

I - Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária com 3º ciclo Henrique Medina realizada pela equipa de avaliação que visitou esta Escola entre 14 e 15 de Janeiro de 2008.

Os capítulos do relatório — caracterização da Escola, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - Caracterização da Escola

A Escola Secundária Henrique Medina, inicialmente designada como Escola Secundária de Esposende, criada em 1980, está localizada na cidade de Esposende, distrito de Braga. Esta cidade, com cerca de 9 100 habitantes é sede de um pequeno município com 95,18 km² de área e 34 625 habitantes (204), subdividido em 15 freguesias. Limitam-no a Norte o concelho de Viana do Castelo, a Sul o da Póvoa de Varzim, a Leste o de Barcelos e a Oeste o Oceano Atlântico. A população tem vindo a crescer nos últimos anos, verificando-se um crescimento de 10,7% entre 1991 e 2001, segundo o Census deste último ano.

Actividades como a pesca, a agricultura e a pecuária, favorecidas pela localização geográfica do concelho, são residuais. O desenvolvimento industrial e empresarial do concelho é um fenómeno recente, coexistindo com uma agricultura maioritariamente tradicional e de subsistência para as populações mais velhas. A Escola, edificada em 1981, é constituída por cinco blocos (A, B, C, D e E) e por um pavilhão gimnodesportivo. O Bloco A destina-se aos Serviços da Escola, nomeadamente: salão polivalente, refeitório, cozinha, sala de convívio do pessoal não docente, bufete, papelaria, Serviços de Administração Escolar, Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho e Gabinete do Conselho Executivo. Nos restantes blocos funcionam salas de aula indiferenciadas, salas específicas de Informática, Desenho, Educação Tecnológica e Contabilidade, laboratórios de Física e Química e de Biologia e Geologia, Biblioteca Escolar, auditório, anfiteatros, sala de professores e gabinetes de apoio.

A Escola necessita de obras de requalificação nomeadamente nos espaços interiores. Os espaços exteriores apresentam-se relvados e limpos. A Escola dispõe de laboratórios de Física e Química e de Ciências, bem equipados, de salas de Educação Visual e Tecnológica, de Informática, de Carpintaria, 3 anfiteatros, sendo um auditório. Dispõe também de uma Biblioteca/Centro de recursos inserida na rede de Bibliotecas Escolares, cantina e um pavilhão gimnodesportivo.

No ano lectivo de 2007/2008, a Escola funciona em regime diurno e nocturno. É frequentada por 1256 alunos, pertencendo 477 ao ensino básico e 779 ao ensino secundário. No ensino básico 457 alunos frequentam o 3º ciclo do ensino regular e 20 alunos os cursos de Educação e Formação (CEF), curso Tipo 3. O ensino secundário é frequentado por 779 alunos, distribuídos do seguinte modo: 611 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos, 67 os cursos profissionais; 83 o ensino recorrente "tipo 3"; o curso tecnológico de Administração é frequentado por 18 alunos. O número de alunos tem diminuído nos últimos anos. Assim, no segmento temporal 2004 a 2007, verifica-se diminuição da população estudantil em 20%. O maior decréscimo ocorre no 7º ano, com menos 40% de alunos no ano de 2007 que em 2004/05.

Dos 476 alunos que frequentam o ensino básico, 17,9 % beneficiam do apoio da Acção Social Escolar (ASE). No ensino secundário 13,9% dos alunos são, também, beneficiários deste apoio. Do total de alunos subsidiados, 130 são abrangidos pelo escalão A (10,8%) e 56 pelo escalão B (4,6%).

Dos alunos que frequentam a Escola, apenas 9 não são de nacionalidade portuguesa. Destes, 4 são de origem francesa.

De acordo com os dados fornecidos pela Escola, 66% dos alunos têm computador em casa, destes 58% dispõem de ligação à Internet.

No que respeita às habilitações dos 2201 pais/encarregados de educação (1121 mães e 1080 pais), 163 são licenciados correspondendo a uma percentagem de 7,4%; 763 concluíram o 2º ciclo de escolaridade a que corresponde uma percentagem de 34,6%; 492 têm como habilitações académicas o 1º ciclo a que corresponde uma percentagem de 22,3% e 26 não possuem qualquer habilitação correspondendo a 1,1% dos pais.

Quanto às profissões exercidas pelos pais, o maior número está ligado aos operadores de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem, com 309 (14%), seguindo-se a profissão operários artífices e trabalhadores similares das indústrias extractivas e da construção com 292 trabalhadores (13,2%). Também significativo é o número de pais sem profissão: 413 (18,7%).

O corpo docente da Escola é constituído por 124 docentes, sendo 112 do Quadro de Escola, 8 do Quadro de Zona Pedagógica e 4 Contratados. De referir que o número de docentes cujas idades variam entre 40 e 50 anos é de 54 (43,5% do corpo docente).

O pessoal não docente em exercício de funções na Escola é constituído por 10 assistentes de administração escolar, 28 auxiliares de acção educativa, 4 cozinheiros e 1 técnico-profissional.

III - Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Suficiente

Da análise dos resultados escolares do 3º ciclo do ensino básico, nos últimos anos, verifica-se que as taxas de transição e conclusão estão, em regra, ligeiramente abaixo das médias nacionais. A taxa de retenção e abandono no 3º ciclo do ensino básico, em 2006/07, foi 2,5% superior à nacional. Porém, a Escola tem vindo a registar uma ligeira melhoria nos últimos 3 anos, com excepção do 8º ano de escolaridade que apresenta um aumento das taxas de insucesso, sendo em 2005, 2006 e 2007, respectivamente de 16%, 18% e 20%. A esta situação acresce uma significativa taxa de desperdício (anulação de matrícula e abandono), quando comparada com os demais anos de escolaridade. No 3º ciclo, no ano de 2006/2007, as médias das classificações externas em Língua Portuguesa e Matemática (exame de 9º ano) são, respectivamente, superiores ou iguais à média nacional.

No ensino secundário a taxa de desperdício (abandono, anulação de matrícula e transferências) é elevada, sendo o 10.º ano o que regista maior número de anulação de matrícula.

Da análise das classificações de exame nacional do 12.º ano, no ano de 2007, conclui-se que as médias dos resultados obtidos em Português e História foram, respectivamente, iguais e superiores à média nacional e inferiores em Matemática e Desenho A.

As lideranças da Escola têm uma clara consciência dos fracos resultados obtidos, principalmente, no 3º ciclo. As estratégias de melhoria centram-se, essencialmente, na sala de estudo, nos apoios pedagógicos e nos planos de acompanhamento e de recuperação. Não existe um plano estratégico global que, para além de integrar as medidas referidas, largamente as ultrapasse, no sentido da Escola potenciar o seu “efeito de escola”.

Os casos de indisciplina são residuais, sendo patente, em geral, o bom comportamento dos alunos, apesar de existirem alguns casos de agressão verbal entre alunos e funcionários não docentes, cuja autoridade nem sempre é respeitada pelos alunos. Existe um “código de conduta” que os alunos dizem conhecer.

De um modo geral, os alunos não têm uma forte identificação com a Escola. Consideram-na com graves debilidades a nível de conforto e de bem-estar.

2. Prestação do serviço educativo

Suficiente

A Escola ainda não revela práticas sistemáticas e regulares de articulação entre ciclos de escolaridade e entre departamentos. A sequencialidade pedagógica dentro de cada ciclo é assegurada, sempre que possível, através da continuidade da equipa pedagógica e dos directores de turma. A coordenação dos departamentos obedece a um plano que é efectuado com base nas orientações emanadas do Conselho Pedagógico.

A supervisão e o acompanhamento da prática lectiva são efectuados, essencialmente, pelos grupos disciplinares e em sede dos departamentos curriculares/secções, através da verificação do cumprimento dos programas e das informações colhidas, junto dos docentes, sobre a leccionação dos conteúdos curriculares. O papel das lideranças pedagógicas é mais valorizado enquanto elemento mediador e facilitador do trabalho cooperativo dos docentes do que de supervisão efectiva das suas práticas lectivas, pelo que não foram implementados dispositivos que assegurem a coerência entre as práticas de ensino e a avaliação efectuada.

Os resultados da avaliação contínua dos alunos, após tratamento estatístico, são analisados em Conselho Pedagógico, departamentos curriculares/secções e pela equipa de Avaliação Interna/Observatório. Os planos de acção de melhoria resultantes da avaliação dos resultados dos alunos centram-se na implementação dos planos de acompanhamento e de recuperação e no encaminhamento de alguns alunos para a sala de estudo. Todavia, é pouco clara a forma como os órgãos e as estruturas intermédias da Escola têm reflectido sobre os resultados das aprendizagens e suas repercussões na melhoria das práticas profissionais.

A Escola tem vindo a desenvolver uma oferta educativa centrada no currículo normal, em algumas actividades de enriquecimento curricular e em ofertas educativas alternativas, nomeadamente os cursos de educação e formação e cursos profissionalizantes do ensino secundário.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O Projecto Educativo (PE) contou com a participação dos elementos da comunidade escolar (pais/encarregados de educação, não docentes e alunos) na auscultação/apreciação dos serviços prestados pela Escola. Faz o mapeamento dos problemas da Escola com base nas opiniões colhidas na comunidade escolar. Define objectivos, porém, as estratégias para os operacionalizar não se apresentam claramente definidas e calendarizadas.

A Escola tem vindo a gerir com razoabilidade e eficácia os recursos materiais e humanos.

A tipologia do edifício, desde logo a dispersão dos espaços escolares resultante da sua estrutura modular, coloca problemas na circulação dos utilizadores, na acústica, no isolamento térmico e na comunicação. O pavilhão gimnodesportivo e balneários apresentam, também, debilidades a nível das infra-estruturas e também da higiene e limpeza.

Os Serviços de Administração Escolar respondem eficazmente às necessidades da comunidade escolar. A Associação de Pais conta com um número muito reduzido de associados, no entanto, demonstra motivação e colaboração na resolução dos problemas da Escola, apresentando propostas de actividades de carácter social e cultural. De relevar, ainda, a participação activa de instituições locais, nomeadamente, da Câmara Municipal e do Centro de Saúde de Esposende.

A Escola procura promover uma política de equidade e justiça na sua acção diária junto da comunidade escolar, traduzida na organização das turmas, horários, critérios de avaliação dos alunos e no apoio social a alunos economicamente mais desprotegidos.

4. Liderança

Bom

O Conselho Executivo tem uma visão do projecto a desenvolver. Foram enunciadas as principais problemáticas da Escola e traçados os objectivos a atingir. Porém as estratégias de operacionalização não se afiguram muito claras, uma vez que as principais linhas de acção constantes do Projecto Educativo afiguram-se mais como planos de intenção do que de acção efectiva. A visão de Escola e o estilo de liderança descentralizada permitem ir resolvendo os problemas correntes e assegurar credibilidade e confiança no Conselho Executivo e na Escola.

É patente nos órgãos de administração e gestão, particularmente no Conselho Executivo, a vontade de introduzir processos de melhoria, inovação e mudança, procurando mobilizar recursos internos e externos, existindo alguns indicadores de uma melhoria gradual do desempenho da Escola.

Para a concretização do Projecto Educativo e do Plano Anual de Actividades (PAA) a Escola participa em alguns projectos de cariz nacional e local, estes últimos, promovidos com a colaboração de diversas instituições e organizações da comunidade envolvente.

Há uma consciencialização, por parte da Escola, da premência de maior abertura ao exterior através da celebração de parcerias com organizações e instituições do tecido social, económico, empresarial, cultural e educacional no sentido de serem encontradas respostas conjuntas para problemas persistentes e de potenciar novas formas de desenvolvimento criando, assim, oportunidades de melhoria.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

Suficiente

O processo de auto-avaliação iniciado no ano de 2005/06 por uma Comissão de avaliação, constituída por docentes, abrangeu as diversas áreas-chave do funcionamento da Escola. Da informação obtida foram emanadas recomendações corporizadas em relatório, divulgado à comunidade educativa. Do cruzamento da informação colhida, documental e testemunhal, resulta que o processo de auto-avaliação implementado não foi, globalmente, percebido pela Escola, como o suporte da acção educativa, e, por isso, essencial à melhoria e ao aperfeiçoamento contínuo e sustentado do planeamento, da organização e gestão e das práticas profissionais. Por esta razão, o processo de auto-avaliação iniciado em 2005/06 não teve os efeitos esperados, pese a sua descontinuidade. Importa referir que os resultados escolares dos alunos foram objecto de auto-avaliação num processo regular e sistemático, ao longo dos últimos anos.

No presente ano lectivo foi criado o "Observatório de Escola" cuja equipa integra docentes, alunos, não docentes e pais/encarregados de educação. A auto-avaliação incide nos resultados escolares e nos campos avaliados pela Comissão cessante. Este processo encontra-se em fase de planeamento.

Neste sentido, os processos de auto-avaliação implementados não constituíram um instrumento de regulação e monitorização dos efeitos e do impacto dos modelos organizativo e de gestão da Escola, dos planos de acção e das práticas profissionais. Contudo, o Conselho Executivo e algumas lideranças intermédias preocupam-se em melhorar o funcionamento e os resultados dos diversos sectores de funcionamento da vida escolar. Conhecem alguns dos seus pontos fortes e fracos, e, nesse sentido, seleccionam estratégias de melhoria, procurando mobilizar e envolver a comunidade educativa.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

Da análise dos resultados escolares do 3.º ciclo do ensino básico nos últimos anos, segundo dados fornecidos pela escola e dados constantes do perfil de Escola, verifica-se que, as taxas de transição e conclusão estão, em geral, ligeiramente abaixo das médias nacionais. A taxa de retenção e abandono no 3º ciclo do ensino básico em 2006/07 foi 2,5% superior à nacional. Porém, a Escola tem vindo a registar uma ligeira melhoria nos últimos 3 anos, com excepção do 8.º ano de escolaridade que apresenta um decréscimo no sucesso. As taxas de insucesso são de 16%, 18% e 20%, respectivamente em 2005, 2006 e 2007. A esta situação acresce uma significativa taxa de desperdício (anulação de matrícula e abandono), quando comparada com os demais anos de escolaridade. No 3º ciclo, em 2006, a média dos resultados de Língua Portuguesa foi de 2,5, sendo 0,2 abaixo da média nacional. Já em 2007 houve uma melhoria, sendo a média dos resultados obtidos no exame de 3,3, ficando 0,1 acima da média nacional. No exame da disciplina de Matemática, a média dos resultados foi, em 2006, de 2,3 (0,1 abaixo da média nacional) e 2,2 em 2007, ou seja, igual à média nacional. Do estudo efectuado pela Escola do percurso escolar de uma geração de alunos desde 2005 a 2007 (do 7.º ao 9.º ano de 236 alunos, concluiu-se que 139 alunos (58,9%) completaram o seu percurso escolar nos três anos previstos.

No ensino secundário as taxas de maior insucesso registam-se no 12º ano, seguindo-se-lhe o 10.º e o 11.º ano nos cursos Científico-Humanísticos. Nos cursos regulares tecnológicos as taxas de sucesso são elevadas, registando-se 100% no 10.º ano, em 2006/07.

A taxa de desperdício (abandono, anulação de matrícula e transferências) é elevada, sendo o 10.º ano o que regista maior número de anulações de matrícula.

Os resultados das classificações obtidas no exame de História do 12.º ano foram superiores à média nacional nos últimos 3 anos, registando-se uma melhoria progressiva dos resultados (média de 10,9 em 2007 para 9,4 de média nacional). Em Português nos últimos dois anos os resultados foram iguais e superiores à média nacional, enquanto que a Matemática apesar de se registar uma melhoria progressiva dos resultados estes são 1,1 inferiores à média nacional, em 2007.

As lideranças da Escola têm uma clara consciência dos fracos resultados obtidos, principalmente, no 3.º ciclo. As causas determinantes do insucesso e do sucesso centram-se essencialmente, segundo os docentes entrevistados, no trabalho dos alunos. Ora, importa assegurar que a Escola não naturalize os resultados escolares sob a aplicação simplista de uma chave de interpretação que dispensa a reflexão da acção educativa e do funcionamento efectivo da Escola.

As estratégias de melhoria centram-se, essencialmente, na sala de estudo, com apoio a todas as disciplinas e nos planos de acompanhamento e de recuperação. Não existe um plano estratégico global que largamente ultrapasse as medidas referidas, no sentido da Escola se afirmar como uma mais-valia. Como medidas preventivas e de remediação do abandono escolar, a Escola apostou na diversificação da oferta formativa e educativa, nomeadamente na abertura de cursos tecnológicos e profissionais do ensino regular e de educação e formação (CEF).

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Os documentos de orientação educativa da Escola, nomeadamente o PE e o Plano Anual de Actividades (PAA) foram elaborados com a participação da comunidade escolar, através da sua auscultação e participação em sede do Conselho Pedagógico e Assembleia de Escola. No entanto, os alunos, tal como os encarregados de educação, desconhecem o PE. As famílias, alunos, professores e funcionários não docentes conhecem o Regulamento Interno, nomeadamente no tocante às principais normas de conduta.

A Associação de Pais/Encarregados de Educação e os alunos foram envolvidos na programação das actividades da Escola. A Associação de Estudantes apresentou propostas diversificadas que integram o PAA. Os alunos consideram que são ouvidos nas decisões que lhes dizem respeito e que, globalmente, as suas opiniões são acolhidas e integradas na tomada de decisão, de que são exemplo a auto-avaliação, o apoio na concretização de actividades/iniciativas quer individuais, quer colectivas. Porém, consideram que outras questões, recorrentes, ainda não foram atendíveis, nomeadamente a criação de condições de bem-estar dos alunos na Escola.

A promoção de uma cultura escolar direccionada para a educação cívica, assente nos valores da solidariedade e da responsabilidade é patente em algumas actividades. Assume aqui particular importância a campanha de solidariedade, a responsabilização na limpeza e conservação dos espaços escolares e ainda o fornecimento de refeição/lanche a alunos economicamente carenciados. Estão ainda planeadas actividades no âmbito dos direitos humanos, da colaboração com organizações não Governamentais (UNICEF) e o desenvolvimento de outras acções solidárias.

A Escola considera que o envolvimento dos pais/encarregados de educação é reduzido, tanto no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos como na participação na vida da Escola. Por sua vez, os pais/encarregados de educação nem sempre se sentem informados, acolhidos e envolvidos na Escola.

De um modo global são evidente o clima colaborativo e o bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários não docentes.

1.3 Comportamento e disciplina

O comportamento dos alunos é globalmente disciplinado. No presente ano lectivo, há registo de alguns casos de indisciplina, que se traduzem, essencialmente, em agressão verbal de alunos a funcionários não docentes, situação reveladora de que a autoridade destes últimos nem sempre é reconhecida e respeitada. Já o comportamento dos alunos em sala de aula é, em geral, disciplinado.

Existe um código de comportamento, retirado do Regulamento Interno, que foi divulgado junto dos docentes, alunos, pais/encarregados de educação e funcionários, que todos dizem conhecer e respeitar.

Os alunos sentem a Escola como um espaço educativo pouco acolhedor e com deficiências a nível do conforto e bem-estar, pelo que não têm uma forte identificação com a Escola.

Os pais/encarregados de educação manifestam algumas preocupações com a segurança dos alunos, reconhecendo, porém, o trabalho da “Escola Segura” e a atenção do Conselho Executivo nesta matéria.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Por parte da comunidade escolar, nomeadamente do Conselho Executivo, existe uma preocupação quanto ao impacto das aprendizagens. Esta preocupação traduz-se numa análise longitudinal do percurso escolar de um segmento de alunos, da análise das taxas de desperdício e do tempo médio de conclusão de cada ano escolar. Em consequência desta análise, a Escola apostou na diversificação da oferta formativa, através da abertura de cursos tecnológicos e profissionais no ensino regular secundário e de educação e formação, que tem constituído uma alternativa para alunos de insucesso persistente, em risco de abandono escolar ou abandonantes e, ainda, para alunos que pretendem ingressar no mercado de trabalho. A comunidade educativa, (pais/encarregados de educação, autarquia e outros parceiros) valoriza o empenho da Escola na procura das soluções educativas mais ajustadas ao perfil dos alunos, orientando-os para a vida activa e aumentando-lhes a importância e utilidade percebidas da Escola. Neste sentido, a Escola prevê alargar a oferta educativa e formativa em termos de cursos profissionalmente qualificantes, nomeadamente o curso profissional de técnico de gestão e programação de sistemas informáticos.

Apesar de a valorização dos saberes académicos constituir motivo de reflexão pelas lideranças da Escola e de existirem práticas individuais de reforço dos sucessos dos alunos em contexto de sala de aula, não existe um plano estratégico de acção nesta matéria.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

A coordenação dos departamentos obedece a um plano que é efectuado com base nas orientações emanadas do Conselho Pedagógico. A organização dos departamentos por secções visa facilitar a articulação entre os docentes do mesmo grupo disciplinar. No âmbito dos departamentos/secções os professores afirmaram existir um trabalho colaborativo, no sentido da troca de experiências e de materiais entre docentes do mesmo grupo disciplinar. Em sede dos departamentos/secções são aferidos os critérios de avaliação e de classificação de testes, são definidas as competências transversais e identificados alguns pontos de articulação de conteúdos numa lógica interdisciplinar, sendo ainda efectuada a verificação do cumprimento dos programas. Contudo, não é generalizada a realização da planificação e análise das práticas. Não existe um plano de estratégias tendentes à superação de situações resultantes do não cumprimento integral dos programas.

A sequencialidade pedagógica dentro de cada ciclo ou nível de ensino é assegurada, sempre que possível, através da continuidade das equipas pedagógicas e dos directores de turma. A sequencialidade educativa inter ciclos não é garantida para os alunos que ingressam nos 7.º ou 10.º anos de escolaridade provenientes de outras escolas. A articulação curricular entre o 3.º ciclo e o ensino secundário não obedece a um planeamento estruturado. Aliás, verifica-se o reconhecimento generalizado da débil articulação curricular horizontal e vertical e sequencialidade educativa entre os ciclos de ensino.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

As práticas de acompanhamento e supervisão da prática lectiva em sala de aula são realizadas em departamentos curriculares/secções.

A supervisão e o acompanhamento centram-se em métodos indirectos baseados na aferição do cumprimento dos critérios de avaliação e na aferição dos conteúdos programáticos leccionados, com base na informação transmitida pelos docentes, em reuniões. Contudo, não foi generalizada a instituição de mecanismos de actuação para situações de incumprimento dos programas.

A confiança na avaliação interna e nos resultados escolares do 3º ciclo do ensino básico assenta na aplicação de critérios de avaliação comuns, na tentativa de uniformização dos níveis de exigência e de rigor na leccionação, por parte dos docentes do mesmo grupo disciplinar, e na análise comparativa das classificações internas com os resultados dos exames nacionais.

Os resultados da avaliação contínua dos alunos, após tratamento estatístico, são analisados em Conselho Pedagógico, departamentos curriculares/secções e pela equipa de Avaliação interna/Observatório. Todavia, é pouco clara a forma como os órgãos e as estruturas intermédias da Escola têm reflectido sobre os resultados da avaliação das aprendizagens e suas repercussões na melhoria das práticas profissionais.

Os planos de acção de melhoria resultantes da avaliação dos resultados dos alunos centram-se na implementação dos planos de acompanhamento e de recuperação e no encaminhamento de alguns alunos para a sala de estudo.

O plano de formação dos docentes baseia-se, essencialmente, na oferta apresentada pelo Centro de Formação de Professores, não tendo correspondido às necessidades identificadas pelos docentes. A nível interno, a Escola promoveu acções de formação de acordo com algumas necessidades que diagnosticou, nomeadamente no âmbito da Informática, do Desporto escolar e das Ciências Naturais.

2.3 Diferenciação e apoios

No ano 2007/08, a Escola não é frequentada por alunos com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter prolongado. Este facto foi justificado com a procura, pelos alunos com esta problemática, de escolas com serviços de apoio especializado. A identificação e sinalização dos alunos com dificuldades de aprendizagem são efectuadas em conselhos de turma. O Núcleo de Apoios Educativos (NAE), constituído por 3 docentes, presta apoio informal, traduzido em recomendações verbais aos docentes que leccionam as turmas com alunos identificados com dificuldades de aprendizagem.

Não existe por parte do NAE uma política claramente definida e práticas consistentes e articuladas com os docentes e directores de turma, tanto na sinalização de alunos com dificuldades de aprendizagem como na diferenciação e personalização dos apoios pedagógicos. Não há evidências da maximização da resposta pedagógica e educativa do NAE.

Os alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem são encaminhados para a sala de estudo. Este espaço de apoio a todos os alunos funciona a tempo inteiro com acompanhamento de docentes que reforçam as aprendizagens às diversas disciplinas. Porém, a coincidência dos horários lectivos de alguns alunos, com o horário do apoio a algumas disciplinas, tem vindo a impedir que estes beneficiem do apoio que precisam e procuram.

No entanto, importa destacar a preocupação da Escola em adequar alguns recursos e estratégias a problemáticas individuais de alunos como ilustra a frequência do 12º ano por videoconferência, no ano lectivo transacto, por parte de uma aluna, e, ainda, o apoio a alunos de outras nacionalidades que não têm o Português como língua materna.

No âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, a Escola beneficia de um psicólogo clínico uma vez por semana para aos alunos que o solicitam ou que são encaminhados pelos directores de turma.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A Escola tem vindo a desenvolver uma oferta educativa centrada no currículo normal, em algumas actividades de enriquecimento curricular e em ofertas educativas alternativas, nomeadamente os cursos de educação e formação e os cursos profissionalizantes do ensino secundário regular. Se por um lado, a valorização dos saberes práticos encontra acolhimento na Escola e na comunidade educativa, por outro, importa que a Escola encontre dispositivos de monitorização dos processos de escolha, de modo a assegurar que a eventual expectativa de “facilitismo” destas ofertas educativas não desencoraje o investimento dos alunos no currículo regular e não desvalorize os saberes cognitivos e académicos como um valor essencial.

A valorização dos saberes e das aprendizagens, para além das estritamente curriculares, é visível nas actividades de enriquecimento curricular que a Escola proporciona aos alunos conforme evidenciam: o projecto de Promoção e Educação para a Saúde; o Desporto Escolar; o clube de artes performativas, as visitas de estudo, a feira do livro; as exposições, o sarau cultural, o jornal escolar e outras actividades sociais e culturais desenvolvidas em parceria com outras instituições.

A atitude positiva face ao saber experimental e ao método científico acontece em actividades curriculares e de enriquecimento curricular, nomeadamente no âmbito do Programa Ciência Viva, sendo de destacar a oficina da Ciência e as actividades de Astrometria e Radiometria, para citarmos alguns exemplos. São ainda de relevar na valorização das componentes activas e experimentais das ciências a realização da feira dos minerais e a abertura do laboratório de Biologia aos alunos do 1.º ciclo das escolas circunvizinhas.

Os laboratórios de Física e Química estão muito bem equipados, bem como os de Biologia e Geologia, favorecendo a promoção de práticas experimentais. De um modo global, os alunos do 3.º ciclo não têm realizado aulas laboratoriais e experimentais, pelo que o fomento de uma atitude positiva face ao método científico tem sido pouco aprofundado neste nível de ensino.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Conceção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O PE, elaborado para o triénio 2006/09, contou com a participação dos elementos da comunidade escolar (pais/encarregados de educação, não docentes e alunos) na auscultação/apreciação dos serviços prestados pela Escola. Faz o mapeamento dos problemas da Escola, define objectivos, mas não apresenta planos de acção estratégicos para debelar as problemáticas identificadas. As actividades propostas no Plano Anual de Actividades são diversificadas e de âmbito curricular e de enriquecimento curricular, promovidas, essencialmente, pelos coordenadores das lideranças intermédias, por docentes e alunos. Porém, havendo grupos de docentes mobilizados nos planos de acção da Escola, existem outros que, embora participantes, não evidenciam grande motivação nos projectos em curso. Nesta linha, os órgãos de administração e gestão, bem como as lideranças intermédias têm vindo a assumir um papel ainda débil na revisão e implementação dos planos de acção da Escola e, ainda, na mobilização da comunidade escolar.

No processo de planeamento e de organização da Escola são tidas em conta as mais-valias decorrentes das parcerias celebradas com diversas instituições e organizações, sendo de destacar a Câmara Municipal, o Centro de Saúde de Esposende e a Escola Segura.

A constituição das turmas assenta em critérios de natureza pedagógica, nomeadamente na continuidade das relações entre alunos e entre estes e professores.

O plano anual de distribuição do serviço docente, elaborado pela Escola, prevê a ocupação plena dos tempos escolares dos alunos, revelando equilíbrio na afectação dos docentes para a realização de actividades educativas de substituição, em caso de ausência imprevista dos docentes.

Importa destacar que o plano de acção da Escola visa, a curto prazo, a expansão e diversificação da oferta formativa profissionalmente qualificante, nomeadamente cursos profissionais de nível secundário, bem como a recuperação dos níveis de qualificação da população adulta através da cooperação com o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de Esposende.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O Conselho Executivo estabelece uma relação próxima com os docentes, alunos e o pessoal não docente da Escola, definindo normas e procedimentos de actuação. Não existe um plano de acções específicas para a integração dos professores e de outros funcionários colocados pela primeira vez na Escola. Porém, é consensual o bom acolhimento e recepção, por parte da Escola, aos docentes e não docentes.

A continuidade pedagógica é um dos princípios base na distribuição do serviço docente, facilitada pela reduzida mobilidade deste grupo profissional. A gestão de recursos humanos, bem como a distribuição de cargos pedagógicos, tem em atenção, sempre que possível, a adequação das funções ao perfil humano e profissional. Os não docentes são afectos aos diversos serviços com base no seu perfil profissional e competências. Os Serviços de Administração Escolar respondem eficazmente às necessidades da comunidade escolar. Constitui intenção destes Serviços a implementação do modelo de gestão por processos, sendo esta uma das áreas de formação identificada como necessária. Existe um trabalho colaborativo entre os não docentes.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

As instalações da Escola carecem de obras de melhoramento e requalificação, apesar das já efectuadas no âmbito da reconversão e melhoria de algumas instalações e equipamentos, sendo de destacar os laboratórios, o anfiteatro e o auditório.

A tipologia do edifício, nomeadamente a dispersão dos espaços escolares resultante da sua estrutura modular, coloca problemas na circulação dos utilizadores, na acústica, no isolamento térmico e na comunicação. A Associação de Pais tem empreendido esforços nesta matéria, tendo entre outras medidas, colocado alguns aparelhos autónomos de aquecimento em algumas salas de aula, no sentido de minimizar o problema.

O pavilhão gimnodesportivo e balneários apresentam debilidades na cobertura, na irregularidade, quantidade e temperatura da água dos chuveiros e no número insuficiente dos mesmos. Neste espaço, as condições de higiene e limpeza não estão asseguradas.

Alguns espaços não dão a resposta adequada à função, nomeadamente o bar dos alunos, que se revela manifestamente desadequado e exíguo e a sala de convívio desprovida de equipamentos de bem-estar e/ou lazer. Também os gabinetes de trabalho dos docentes carecem quer de equipamentos electrónicos adequados, quer de condições de bem-estar.

Os recursos, os espaços e os equipamentos dos laboratórios, da Biblioteca/centro de recursos e das salas de Informática apresentam-se devidamente organizados, respondendo cabalmente às exigências curriculares. Os recursos tecnológicos de apoio ao ensino e à aprendizagem, sendo de destacar 2 quadros electrónicos, ainda não foram devidamente optimizados no apoio à leccionação dos conteúdos programáticos. Também o parque informático de utilização directa pelos alunos, no apoio ao estudo, é manifestamente insuficiente considerando que 93,3 % dos alunos não dispõe de computador em casa, conforme dados constantes do perfil de Escola.

Os Serviços de Administração Escolar (SAE) apesar de exíguos, oferecem atendimento personalizado. Os assuntos da ASE são tratados em local de atendimento ao público, pelos SAE, não preservando a vida privada dos alunos e suas famílias.

Para suprir algumas dificuldades de gestão financeira a Escola tem gerado receitas próprias resultantes do serviço de bufete/bar, da reprografia e da participação em projectos.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A participação e o envolvimento dos pais no percurso escolar dos seus filhos e na vida da Escola diminuem à medida que os filhos avançam na escolaridade. Alguns docentes revelam grande disponibilidade e flexibilidade de horários para atender os pais/encarregados de educação, em especial nos momentos de avaliação. As práticas de envolvimento parental são pontuais, resultando da actividade de direcção de turma e de iniciativas de alguns docentes, da Associação de Estudantes e da Associação de Pais, destacando-se as actividades culturais, informativas e as relacionadas com a celebração de alguns eventos.

Os pais/encarregados de educação consideram que o sistema de comunicação e informação escola/família nem sempre é eficaz, assinalando-o como um aspecto ainda frágil. Por esta razão, algumas vezes, a participação dos representantes dos pais em reuniões de conselho de turma, no 3.º ciclo, nem sempre é assegurada.

A Associação de Pais, apesar do reduzido número de associados revela preocupação com os problemas da Escola, tendo empreendido esforços na sua resolução.

A participação da Câmara Municipal de Esposende é patente em diversas actividades, sendo de relevar a cedência de transportes para algumas visitas de estudo, o financiamento de espectáculos de arte dramática realizados pela Escola, a colaboração em sessões culturais e exposições, a disponibilização de um psicólogo, uma vez por semana, para o acompanhamento dos alunos e, ainda, dois campos de ténis construídos no recinto escolar para utilização dos alunos e da comunidade. A Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende (ACICE) colabora na identificação da oferta dos cursos de carácter qualificante oferecidos pela Escola, com base na análise das necessidades do tecido empresarial local.

Outras instituições locais participam na vida da Escola sendo de relevar o Centro de Saúde de Esposende no âmbito do Projecto de Educação para a Saúde.

3.5 Equidade e justiça

Há uma opinião consensualizada de que o Conselho Executivo promove uma política de equidade e justiça na sua acção diária junto da comunidade escolar, que se traduz na organização das turmas, horários, critérios de avaliação dos alunos e ainda no âmbito socioeconómico, na oferta de leite a todos os alunos, bem como de lanches e/ou refeições a quantos sejam sinalizados como economicamente carenciados. No âmbito do ensino e da aprendizagem, a Escola promove apoios pedagógicos que se afiguram pouco diversificados. Estes ocorrem, essencialmente, na sala de estudo, com acompanhamento de docentes. Porém, nem sempre está assegurada a frequência do apoio a todos os alunos que precisam e o procuram, devido à coincidência dos horários dos alunos com os da sala de estudo. Ainda neste âmbito, a Escola em colaboração com a Câmara Municipal e outras parcerias tem vindo a desenvolver medidas para tornar a Escola mais inclusiva, destacando-se a diversificação da oferta formativa, as bolsas de mérito com o apoio da ASE, parcerias com o Centro de Saúde de Esposende e a Câmara Municipal, a colaboração com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, apesar das propostas apresentadas por esta Comissão não serem sempre optimizadas pela Escola.

Os alunos consideram que, globalmente, são avaliados com justiça e equidade e que há igualdade na constituição das turmas e na organização dos horários escolares.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

O Conselho Executivo tem uma visão do projecto a desenvolver que assenta, essencialmente, na qualificação do ensino e da aprendizagem; no combate à indisciplina; no desenvolvimento psicológico dos alunos e na melhoria do espaço físico e dos recursos materiais da Escola. Esta visão de Escola apesar de claramente expressa no PE, não mobilizou a comunidade escolar, verificando-se que o desenvolvimento dos planos de acção, no sentido da consecução daqueles pressupostos resulta, essencialmente, de iniciativas grupais ou individuais.

Foram identificados os pontos fracos da Escola, não tendo sido enunciadas, claramente, as estratégias de operacionalização, bem como os referenciais para a acção e avaliação do serviço educativo prestado.

É patente o empenho do Conselho Executivo na mudança da cultura organizacional, no sentido de induzir práticas sustentadas em processos regulares de auto-avaliação. Porém, o estilo de gestão descentralizada, neste contexto escolar marcado pela reduzida motivação de alguns docentes e pelo forte empenho de outros, tem permitido ao Conselho Executivo ir resolvendo os problemas do quotidiano, sem perder de vista a mudança desejada para a Escola.

É patente a vontade expressa, por membros da comunidade escolar, na melhoria do desempenho da Escola, tendo sido introduzidas algumas mudanças na sua gestão global, salientando-se a oferta formativa, o envolvimento de parcerias nas actividades de enriquecimento curricular, a adesão a alguns projectos e a dinamização de actividades de enriquecimento curricular no âmbito das Ciências e do Desporto Escolar.

A visão da Escola, a curto prazo, centra-se na requalificação do edifício escolar, no bem-estar dos alunos, na qualificação do ensino e da aprendizagem, na diversificação da oferta formativa, educativa e de enriquecimento curricular e na afirmação da Escola na comunidade local através do desenvolvimento de parcerias.

4.2 Motivação e empenho

O Conselho Executivo procura envolver e responsabilizar professores, alunos, funcionários e pais/encarregados de educação nas diversas áreas de actuação de forma a melhorar a qualidade do ensino e das aprendizagens. A desmotivação de alguns docentes, patente nos últimos anos, é ainda perceptível. Porém, a motivação e empenho de vários grupos de docentes e de lideranças intermédias, alinhados com o CE e sustentados no bom clima organizacional poderá fomentar a participação e envolvimento de todos (docentes, não docentes, pais/encarregados de educação e parcerias) de modo a mobilizar eficazmente todos os recursos, criando áreas de excelência que se afirmem como identitárias da Escola.

A liderança da escola, descentralizada, apesar do Presidente do CE presidir também ao Conselho Pedagógico, é partilhada com os coordenadores das estruturas de orientação educativa em colaboração com os restantes órgãos de administração e gestão da Escola, com base na confiança profissional.

A Associação de Pais demonstra motivação e colaboração na resolução dos problemas da Escola, apresentando propostas e actividades, como por exemplo, a colocação de aquecedores em algumas salas de aula e o desenvolvimento de actividades de carácter social e cultural.

Relativamente ao absentismo dos docentes este é residual. Ao invés, alguns funcionários não docentes apresentam índices elevados de absentismo de média/longa duração.

A Assembleia de Escola tem vindo a desempenhar as funções que lhe são legalmente atribuídas. Porém, não é visível um trabalho consistente no domínio da regulação crítica do funcionamento da Escola.

4.3 Abertura à inovação

A Escola revela alguns espaços abertos à inovação, que se traduzem, essencialmente, na crescente diversificação da oferta educativa e formativa, em algumas actividades e projectos desenvolvidos no âmbito das Ciências, das Artes e do Desporto Escolar. A procura de respostas, com criatividade, aos diferentes desafios educativos com que a Escola se confronta, nomeadamente problemas persistentes que poderão vir a constituir uma ameaça ao seu desenvolvimento, como são exemplo o insucesso no 3º ciclo e a diminuição de alunos neste mesmo ciclo de ensino, e ainda a indisciplina, coloca-se com acuidade.

A Escola carece de uma estratégia capaz de fomentar uma cultura escolar direccionada para a abertura à inovação, bem como o aparecimento de nichos de excelência no desempenho organizacional.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Escola participa em projectos e actividades que envolvem formal ou informalmente a comunidade envolvente, como são exemplo, o Desporto Escolar, a Rede Nacional de Bibliotecas, o Plano Nacional da Matemática, o projecto Ciência Viva, Escolas Promotoras da Saúde, entre outros, e ainda em projectos/actividades locais promovidos, principalmente, pela Câmara Municipal. De salientar para além da construção de cortes de ténis pela Autarquia no recinto escolar, já referidos, os alunos da escola poderão, ainda, utilizar os campos de golfe pertencentes à Câmara Municipal em resultado de uma parceria estabelecida com a Escola.

Há uma consciencialização por parte da Escola da premência de maior abertura ao exterior, através da celebração de parcerias com organizações e instituições do tecido social, económico, cultural e educacional, no sentido de encontrar respostas conjuntas para problemas persistentes e de potenciar novas formas de desenvolvimento criando, assim, oportunidades de melhoria.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

5.1 Auto-avaliação

O processo de auto-avaliação, iniciado no ano de 2005/06 por uma Comissão de avaliação constituída por docentes, abrangeu as diversas áreas-chave do funcionamento da Escola, com auscultação das opiniões da comunidade escolar. Deste processo, a Comissão de avaliação emitiu recomendações corporizadas em relatório, divulgado à comunidade educativa, do qual resultou um plano de acção de melhoria, aprovado em Conselho Pedagógico.

O processo formal de auto-avaliação iniciado em 2005 sofreu uma interrupção em 2006 e foi reiniciado em 2007 através da criação da estrutura "Observatório da Escola" constituída por uma equipa com elementos da comunidade escolar. Esta equipa retomou o trabalho realizado pela equipa cessante. O processo de auto-avaliação iniciado em 2005, apresenta-se fiável e rigoroso, porém não se verificaram práticas regulares e sistemáticas de recolha e tratamento da informação, com excepção dos resultados escolares dos alunos, de modo a este processo poder afirmar-se como um instrumento que permita avaliar a gestão organizacional e pedagógica, as actividades e práticas profissionais, cujos resultados se afiguram essenciais à melhoria da Escola.

Os seus efeitos e impactos na melhoria do desempenho global da escola foram reduzidos. A este propósito importa referir que, de um modo global, o processo de auto-avaliação não foi percebido pela Escola, como uma prática, regular e sistemática, essencial à melhoria do desempenho organizacional, considerando o seu possível impacto na organização, no planeamento, na gestão e nas práticas profissionais. Esta opinião foi, também, percebida e expressa, no documento de apresentação da Escola apresentado à equipa de avaliação externa, pelo Conselho Executivo.

5.2 Sustentabilidade do progresso

O processo de auto-avaliação implementado é, por um lado, irregular e com reduzidos impactos na indução de processos de melhoria, por outro, é sistemático, rigoroso e fiável quanto aos resultados escolares. Contudo, é pouco clara a forma como os órgãos e as estruturas intermédias da Escola têm reflectido sobre as causas/resultados da avaliação das aprendizagens e como a têm potenciado nas suas práticas profissionais. A Escola tem condições de melhorar as áreas fracas identificadas, gerindo motivações, potenciando o empenho e o compromisso, optimizando recursos pedagógicos e parcerias, criando e diversificando estratégias e medidas proactivas e remediativas para os alunos menos bem sucedidos.

A gestão e empenho do CE, a acção de algumas lideranças intermédias e, ainda, algumas dinâmicas inovadoras de alguns docentes, associadas a um processo de auto-avaliação mais consistente e efectivo, poderão gerar a mudança e a dinâmica que a Escola deseja e para a qual tem potencialidades.

A estabilidade do corpo docente, a motivação e o empenho de alguns professores, o bom clima de Escola, a relação com a comunidade local e o desejo de melhorar o seu desempenho, mobilizando recursos internos e externos são indicadores de que a Escola tem condições de realizar um trabalho educativo indutor de progresso sustentado.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Escola (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- O empenho e dedicação do Conselho Executivo na melhoria progressiva da qualidade educativa da Escola;
- O empenho, motivação de alguns docentes e não docentes;
- A participação activa e o envolvimento da Associação de Estudantes em actividades diversificadas;
- A participação activa de parcerias consistentes na vida da Escola, nomeadamente da Câmara Municipal de Esposende;
- A preocupação em garantir equidade e justiça à comunidade escolar.

Pontos fracos

- O insucesso escolar no 3º ciclo do ensino básico;
- A reduzida diversificação dos apoios pedagógicos a alunos com dificuldades de aprendizagem;
- A débil articulação e sequencialidade entre ciclos e inter departamental;
- A reduzida mobilização e envolvimento de alguns docentes em projectos de inovação e mudança;
- O reduzido acompanhamento e monitorização da prática lectiva em sala de aula;
- A débil consolidação de uma cultura organizacional de auto-avaliação;
- A deficitária higiene e limpeza dos balneários.

Oportunidades

- O alargamento de parcerias/projectos de âmbito social, cultural, educativo e económico poderá potenciar o desenvolvimento organizacional e a projecção da Escola no exterior.

Constrangimentos

- O estado de degradação do edifício escolar e a reduzida funcionalidade de alguns espaços podem comprometer o desenvolvimento do currículo e do bem-estar dos alunos.

Em função do contraditório apresentado pela Escola, este relatório foi alterado:

- na pág. 3 - II Caracterização da Escola (4.º parágrafo), **onde constava** “É frequentada por 1218 alunos, pertencendo 476 ao ensino básico e 742 ao ensino secundário. No ensino básico 456 alunos frequentam o 3º ciclo do ensino regular e 20 alunos os cursos de Educação e Formação (CEF), curso Tipo 3. O ensino secundário é frequentado por 742 alunos, distribuídos do seguinte modo: 592 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos, 66 os cursos profissionais; 62 o ensino recorrente tipo 3; o curso regular geral é frequentado por 3 alunos e o regular tecnológico por 19 alunos”, **passou a constar** “É frequentada por 1256 alunos, pertencendo 477 ao ensino básico e 779 ao ensino secundário. No ensino básico 457 alunos frequentam o 3º ciclo do ensino regular e 20 alunos os cursos de Educação e Formação (CEF), curso Tipo 3. O ensino secundário é frequentado por 779 alunos, distribuídos do seguinte modo: 611 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos, 67 os cursos profissionais; 83 o ensino recorrente “tipo 3”; o curso tecnológico de Administração é frequentado por 18 alunos”;

- na pág. 3 - II Caracterização da Escola (7.º parágrafo), **onde constava** “O número de alunos que não tem computador nem Internet em casa é de 1119, correspondendo a uma percentagem de 93,3%. Dos 6,7% dos alunos que têm computador em casa apenas 3,2% dispõem de Internet, de acordo com os dados constantes do perfil de Escola”, **passou a constar** “De acordo com os dados fornecidos pela Escola, 66% dos alunos têm computador em casa, destes 58% dispõem de ligação à Internet”.

Foi ainda alterada, na pág.13 - Considerações finais, a redacção do constrangimento. Assim, **onde se lia** “As obras de requalificação e de beneficiação do edifício escolar se forem, urgentemente, efectuadas pelas entidades competentes”, **passou a ler-se** “O estado de degradação do edifício escolar e a reduzida funcionalidade de alguns espaços podem comprometer o desenvolvimento do currículo e do bem-estar dos alunos”.